

Para desenvolver uma base produtiva alargada e diversificada é necessário compreender o que existe e porque existe...

Em análise, ao desenvolvimento da base produtiva, que é um dos objectivos do PARP (2011-2014), o da redução da incidência da pobreza dos actuais 54,7% para cerca de 42%, com base num crescimento económico inclusivo e de base produtiva alargada e diversificada, com foco no aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira, promoção de emprego e apoio às pequenas e médias empresas (PMEs), o Economista e investigador do IESE Carlos Muianga, diz que a definição de prioridades para o desenvolvimento da base produtiva no PARP reflecte um carácter sectorial, isto é, uma soma de prioridades, dos diferentes sectores, contidas nos respectivos documentos/estratégias sectoriais do governo, o que levanta, pelo menos, dois problemas fundamentais: "primeiro, a análise sobre o aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira abstrai-se, quase completamente, da análise sobre processos de acumulação e de organização social da produção, mercados e ligações que existem e estão em curso, e que têm impactos sobre as dinâmicas macroeconómicas, a alocação e utilização de recursos e as oportunidades de opções reais de desenvolvimento, e, segundo, o foco no desenvolvimento de PMEs encontra-se desligado da análise sobre estruturas produtivas e não reflecte, nem conduz a uma discussão de qualquer problema e/ou estratégia industrial concretos."

De acordo com o estudo feito pelo investigador do IESE, para desenvolver uma base produtiva alargada e diversificada é necessário compreender o que existe e porque existe, encontrar o fio condutor comum que explica as várias dinâmicas existentes e a consistência e ligações entre elas (isto é, identificar e pensar nos processos de acumulação e de organização da produção - o que se produz, para que finalidade, como, em que escala, com que recursos e capacidades, com que logística e finanças, as condições e padrões de rentabilidade, os mercados, as ligações, etc.), e pensar na intervenção pública estratégica (política e estratégia industrial), sobretudo na necessidade de um suporte mais efectivo à actividade produtiva das firmas e no tipo de intervenções necessárias para estimular o investimento na actividade produtiva directa. O estudo mostra, ainda, que para uma análise mais consistente das oportunidades, prioridades e limites para o desenvolvimento da base produtiva é necessário não só olhar para os contextos produtivos reais, como também perceber como afectam ou estruturam os processos de acumulação e de organização técnica e social da produção.

Os argumentos, os problemas e as questões específicas apresentadas levantam três perguntas para reflexão: primeiro, quais são os desafios para o desenvolvimento da base produtiva?; segundo, porquê é importante pensar em (e enfrentar) tais desafios?; terceiro, o que estes desafios nos sugerem e para que direcção nos conduzem?

Para o pesquisador, "enfrentar estes desafios sugere uma ruptura completa com o tipo de abordagem sectorial e dualista que o PARP revela, em direcção a uma abordagem mais metodológica, dinâmica e integrada de política e estratégia industrial, que permita, com base na compreensão do que existe e porque existe, identificar as possibilidades reais de interacção das dinâmicas existentes e definir prioridades concretas, articulando os recursos e capacidades".

Este estudo é parte do livro "Desafios para Moçambique 2012" editado pelo IESE que será lançado a quando da sua III conferencia Internacional subordinada ao tema "*Moçambique: Acumulação e Transformação num Contexto de Crise Internacional*" a decorrer em Maputo nos dias 4&5 de Setembro de 2012.